

## **PRONATEC: O MAIS DO MESMO NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL<sup>1</sup>**

### **PRONATEC: THE MOST OF THE SAME IN YOUTH AND ADULTS EDUCATION POLICY IN BRAZIL**

**Ludmila Lustosa Lessa (UFF)<sup>2</sup>**

#### **Resumo**

Este artigo objetiva o estudo das políticas que tentam promover de educação básica e profissional, os quais possuem ações focadas no público jovem e adulto para investigar se o Pronatec é uma política que reedita as iniciativas dos programas anteriores a ele. Para alicerça a análise crítica do estudo será utilizada como método epistêmico o materialismo histórico dialético para apreender a totalidade que está inserida o objeto de análise, o Pronatec. Então por meio do método analisaremos dialeticamente a relação de essência e aparência presente na relação entre as políticas e a totalidade que o abarca, ou seja, o concreto real. Por isso, cabe a compreensão do contexto político e econômico, em que são criados os programas para perceber as múltiplas determinações que envolvem o objeto para depois fazer o estudo comparado do PLANFOR, PNQ, PROEJA, PROJovem e PRONATEC para verificar no que essas iniciativas convergem e divergem uma da outra em uma relação dialética com a totalidade. A partir dessa análise compete caminhar com o estudo do PRONATEC para apreender suas alterações no ano de 2013 e perceber, no que implica as últimas mudanças ocorridas na sua estrutura, organização e ações. Por fim, começando pela análise da totalidade, paralelamente, com a procura pela dialética da essência dessas políticas e do Pronatec, enquanto proposta recente de educação para a elevação da escolaridade básica e formação profissional para os brasileiros pretendemos chegar à resposta da seguinte pergunta: seria o Pronatec o mais do mesmo na política pública para jovens e adultos da classe trabalhadora?

**Palavras-Chaves:** Educação de Jovens e Adultos; Educação profissional; políticas da Educação no Brasil.

#### **Abstract**

This article aims to study the policies that try to promote basic and professional education, which have actions focused on the young and adult public to investigate whether Pronatec is a policy that reissues the initiatives of the programs prior to it. To support the critical analysis of the study will be used as epistemic method historical dialectical materialism to apprehend the totality that is inserted the object of analysis, Pronatec. Then through the method we will analyze dialectically the relation of essence and present appearance in the relation between the policies and the totality that covers it, that is, the real concrete. Therefore, it is the understanding of the political and economic context in which the programs are created to realize the multiple determinations that involve the object and then make the comparative study of PLANFOR, PNQ, PROEJA, PROJovem and PRONATEC to verify what these initiatives converge and diverge from one another in a dialectical relationship with wholeness. From this analysis it is up to the PRONATEC study to apprehend its changes in the year 2013 and to understand, in what implies the last changes that have occurred in its structure, organization and actions. Finally, beginning with the analysis of totality, in parallel with the search for the dialectic of the essence of these policies and Pronatec, as a recent proposal of education to raise basic education and vocational training for Brazilians, we intend to answer the following question: would o Pronatec the most of the same in public policy for young and working-class adults?

**Key Words:** Youth and Adult Education; Professional education; Education policies in Brazil.

---

<sup>1</sup> O artigo é referente ao estudo realizado por Ludmila Lustosa Lessa, apresentado como requisito para conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, sendo orientado pela Professora Doutora Jaqueline Pereira Ventura Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>2</sup> Ludmila Lustosa Lessa mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense e Docente II do município de São Gonçalo.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo consistiu no estudo das políticas públicas que buscam a articulação entre educação básica e profissional para jovens e adultos trabalhadores, que tiveram maior destaque no período de 1995 a 2013. Os programas apresentados são implementados pelo governo federal em âmbito nacional com a perspectiva de democratizar o acesso à educação básica e qualificar profissionalmente trabalhadores para sua inserção no mercado de trabalho.

Com a realização da análise crítica das experiências das políticas recentes que atendam ao público da Educação de Jovens e Adultos no Brasil verificamos características comuns entre elas, que oferecem subsídios para responder as questões problematizadora deste trabalho: seria o PRONATEC o mais uma política pública para inclusão de jovens e adultos da classe trabalhadora no mercado de trabalho? Enquanto uma nova política pública para educação da classe trabalhadora, o que há de novo no PRONATEC que o difere das outras políticas destacadas nesse trabalho?

Dentre os programas destacados neste trabalho estão: Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR; o Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional – PNQ; Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja; o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM)<sup>3</sup>; e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Para orientar e fundamentar a análise crítica desse trabalho foi adotado como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico dialético que contribuirá com a análise das políticas dentro da totalidade que o abrange para desvelar a essência por de trás da aparência contida na realidade concreta, em que estão inseridas as políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Não queremos com este trabalho fazer uma análise comparativa para avaliar qual seria a melhor política de educação para a EJA, mas perceber dentro de uma concepção de mundo, tomando uma postura crítica com base no método do materialismo histórico para apreender a quem essa política de educação serve no sistema capitalista. De acordo com Frigotto, a postura antecede ao método e contribui na mediação dos processos para compreensão dos fenômenos sociais envolvidos na totalidade em que está inserido o objeto de análise (FRIGOTTO, 2012).

---

<sup>3</sup> Em relação ao Projovem serão analisadas as modalidades Projovem Urbano, Projovem Campo – Saberes da Terra e Projovem Trabalhador regulamentadas pela lei nº 11.692/2008 revogou a lei nº 11.129/2005.

Estruturamos o artigo de uma forma que corrobore com a apreensão do objetivo que é analisar o PRONATEC a partir de um estudo comparado, assim, primeiro faremos uma breve análise estrutural para mostrar o contexto socioeconômico do período de 1990 a 2013. Em seguida, será feita uma síntese das principais características dos programas anteriormente citados para avaliá-los criticamente. Por fim, aprofundaremos a análise crítica sobre o PRONATEC, para responder às questões que justificam esse estudo dos programas com ações focadas para o público da EJA.

## **1. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO BRASILEIRO: UMA BREVE ANÁLISE DO PERÍODO DE 1990 A 2013**

A conjuntura política do Brasil no início da década de 1990 foi marcada por transformações políticas e econômicas. Neste período, o país obtinha grande taxa de inflação, alto índice de desemprego e a maioria da população vivia em situação de instabilidade socioeconômica. Alguns dos problemas relacionados a economia eram um reflexo da reestruturação produtiva gerada pela entrada de indústrias internacionais no país, esse fato influenciou empresas nacionais a reorganizarem sua produção para competir com o mercado internacional (CASTIONI, 2010).

Durante o início dos anos 1990, no governo do presidente Fernando Collor foram realizadas as primeiras medidas de caráter neoliberal como: a abertura comercial para acirrar a concorrência intercapitalista, através da redução da tarifa alfandegária e teve início o processo de privatização das empresas estatais (FIGUEIRAS, 2006). Também foram tomadas medida para conter a alta da inflação e os gastos públicos, como: aprovação do Plano Collor I que previa o retorno do cruzeiro como moeda, congelamento de preços e salários, bloqueio de contas correntes e poupança no prazo de 18 meses, demissão de funcionários e diminuição de órgãos públicos. Contudo, a falta de êxito na redução do índice de inflação e a insatisfação da população no primeiro Plano se repetiram no Plano Collor II (CURY; GASPARIM, 2012).

Para conter o avanço da inflação na economia foi criado um novo plano econômico, o Plano Real, também houve a permanência de outras medidas mantidas em prática para redução dos gastos públicos como, a privatização das empresas estatais. “Posteriormente, a partir do Plano Real, com a ampliação da abertura comercial e a valorização da moeda nacional, as taxas de desemprego se elevaram mais ainda- apesar de, inicialmente, entre 1993 e 1995, essas taxas terem se reduzido” (FIGUEIRAS, 2006, p. 187-188).

O ano de 1994, no qual Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) foi eleito presidente, devido a estabilidade monetária alcançada pelo Plano Real com a valorização da moeda

brasileira, elevação da taxa real de juros, abertura econômica, assim como a busca pela redução dos gastos do governo com a privatização de empresas estatais como, por exemplo, a Vale do Rio Doce e Telebrás. Essas e outras ações do governo FHC faziam parte de um projeto de modernização do país que permaneceu no seu segundo mandato, entre os anos de 1999 a 2002 (PAULANI, 2006).

Segundo Laurell, é preciso compreender o processo de privatização nos países latino-americanos que possuem a dicotomia entre pobres e ricos, porque apesar da privatização ser o principal objetivo, ela só interessa se a administração de fundos e a produção de serviços se tornarem atividades rentáveis (LAURELL, 1997).

No fim do segundo mandato de FHC foram implementadas algumas políticas de ações sociais como: a Bolsa Escola, o Vale Gás, Bolsa-Alimentação entre outros. Estas políticas permaneceram, de forma ampliada e rearrumada, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), sendo que foram unificadas em uma única política, o Bolsa Família (COSTA, 2009). A diferença dessas políticas sociais entre os governos FHC e Lula são muito visíveis, devido ao número de programas e de seus beneficiários, além de outras mudanças assinaladas por Frigotto como,

retomada, ainda que de forma problemática, da agenda do desenvolvimento; alteração substantiva da política externa e da postura perante as privatizações; recuperação, mesmo que relativa, do Estado na sua face social; diminuição do desemprego aberto, mesmo que tanto os dados quanto o conceito de emprego possam ser questionados; aumento real do salário mínimo (ainda que permaneça mínimo); relação distinta com os movimentos sociais, não mais demonizados nem tomados como caso de polícia; e ampliação intensa de políticas e programas direcionados à grande massa não organizada que vivia abaixo da linha da pobreza ou num nível elementar de sobrevivência e consumo (FRIGOTTO, 2011b, p. 240).

Os programas sociais iniciados no governo Lula direcionados aos que vivem abaixo da linha da pobreza foram ampliados no governo da presidente Dilma Rousseff (2011 - 2014). Também foram criados novos programas sociais como: Programa Brasil Carinhoso, Minha Casa Minha Vida, Minha Casa Melhor, entre outros. Apesar da pretensão do Estado de redução dos gastos públicos, todos os governos aqui estudados apresentaram crescimento das despesas primárias oriundas de políticas sociais e gastos do INSS de acordo com a notícia do Jornal Estadão, essas despesas representam 87% dos gastos do PIB entre os anos de 1999 a 2011 (CURY; GASPARIM, 2012).

O contexto socioeconômico que vai se consolidando no período de 1990 a 2013, com a abertura comercial e a reestruturação produtiva, assim como, a entrada de empresas multinacionais no Brasil, contribuíram para urgência na elevação da escolaridade e da

qualificação dos trabalhadores para atender as carências com mão de obra qualificada para o mercado de trabalho cada vez mais exigente com a inserção de novas tecnologias. Esse “mercado crescente com mão de obra decrescente e redução do custo social da reprodução da força de trabalho viabilizada pelas mudanças tecnológicas e organizacionais trazidas pelos processos de reestruturação produtiva” está vinculado ao padrão de acumulação flexível (LIMA, 2012, p. 76).

Inseridas dentro dessa lógica destacaremos a seguir algumas políticas de EJA que dedicam-se a elevação da escolaridade, principalmente, a formação profissional de jovens e adultos trabalhadores, como: o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), de 1995, o Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional (PNQ), de 2003, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), de 2008<sup>4</sup>, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), de 2006, e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), de 2011.

A partir do entendimento da totalidade que envolve essas políticas, em que o Brasil é um país de capital dependente que precisa adequar-se ao processo de divisão internacional do trabalho para gerar a mais-valia, processo coerente com o sistema capital, seguiremos com exercício dialético entre o que é essência e aparência nas políticas de EJA aqui apresentadas.

## **2. DO PLANFOR AO PRONATEC: UM ESTUDO COMPARADO**

No período entre 1990 e 2013 a primeira política criada foi o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR no ano de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso. O PLANFOR foi uma política pública de emprego que visava à qualificação profissional do trabalhador, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, era uma das ações do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, que tinha como fonte de recursos o Programa de Integração Social – PIS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP (CÊA, 2000). O objetivo inicial do PLANFOR consistia na formação profissional de 20% da População Economicamente Ativa – PEA até o ano de 1999, procurando desenvolver de acordo com suas diretrizes curriculares habilidades básicas, específicas e de gestão (BRASIL, 1998). A fim de garantir a formação básica e profissional do trabalhador, o PLANFOR passa a integrar o Programa Alfabetização Solidária – PAS de

---

<sup>4</sup> O Projovem Integrado foi reformulado pela lei nº 11.692/2008 que cria várias modalidades sob a responsabilidade de diferentes ministérios e com foco em públicos distintos, neste trabalho destacaremos as modalidades: Projovem Urbano, Projovem Campo e Projovem Trabalhador.

maneira que após a alfabetização, o trabalhador passaria para o programa de educação Supletiva Profissionalizante para obter a escolaridade básica de 1º grau e qualificação profissional (VENTURA, 2001).

Em 2003, com o governo de Luís Inácio Lula da Silva, o Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional – PNQ foi implementado, no âmbito do Programa de Seguro-Desemprego com recursos do FAT e recursos complementares oriundos de outras fontes provenientes de parcerias, realizado pelo Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - DEQ/SPPE do MTE (BRASIL, 2003). A finalidade do PNQ seria promover a universalização da qualificação profissional aos trabalhadores, juntamente, com outras políticas de emprego, renda e educação. Com isso, pretendia favorecer a elevação da escolaridade dos trabalhadores, através da articulação com as políticas de Educação de Jovens e Adultos.

Durante a gestão do presidente Lula outros programas foram criados com as mesmas iniciativas, no qual apresentaremos aqueles que tiveram maior destaque nacionalmente como: o PROEJA e o PROJOVEM com suas modalidades PROJOVEM Urbano e PROJOVEM Campo - Saberes da Terra, ambos coordenados pelo Ministério da Educação (MEC), e o Projovem Trabalhador que é coordenado pelo MTE. O Proeja é um programa voltado para o atendimento de jovens e adultos maiores de 15 anos, em que oferece ensino fundamental de 1.200 horas junto com a Formação Inicial e Continuada de 200 horas e para os maiores de 18 anos será oferecido ensino médio, integrado ou concomitante a formação profissional técnica com carga horária de acordo com cada curso que obedece às diretrizes curriculares nacionais (BRASIL, 2006). No ano de 2008 para evitar a evasão dos alunos do Proeja foi criado um auxílio no valor de 100 reais para custear alimentação, materiais, etc. (BRASIL, 2008b).

As modalidades do Projovem que serão apresentados são resultado de uma nova estrutura criada através da união de vários programas sociais voltados para juventude coordenados por diversos órgãos federais, após o PROJOVEM Integrado ter sido reformulado pelo Decreto nº 6.629/2008 (VENTURA, 2011). O PROJOVEM Urbano é uma modalidade que se destina a atender jovens que ainda não concluíram o ensino fundamental com idade entre 18 e 29 anos, também ofertar curso de formação básica com carga horária de 1.092 horas presenciais; curso de qualificação profissional com carga horária de 390 horas e participação cidadã com carga horária de 78 horas. Preocupando-se com a permanência, de modo que os jovens concluam o Programa, oferta-se auxílio benefício de 20 parcelas de 100 reais a cada matriculado no PROJOVEM Urbano (BRASIL, 2008a).

O PROJOVEM Campo – Saberes da Terra destina-se a jovens entre 18 e 29 anos da agricultura familiar integrado a qualificação social e formação profissional, também oferece auxílio benefício com o pagamento de 12 parcelas no valor de 100 reais mensais como auxílio benefício ao aluno matriculado (BRASIL, 2008a). Por último, o PROJOVEM Trabalhador é uma ação que atende jovens com idade entre 18 e 29 anos e oferta os cursos de qualificação com carga horária de 350 horas de aula, sendo 100 horas de qualificação social e 250 horas qualificação profissional, além do pagamento de 6 parcelas mensais de 100 reais de auxílio benefício (BRASIL, 2008a).

As modalidades do PROJOVEM apresentadas desenvolvem suas atividades, por meio de parcerias com governos estaduais e municipais, sociedade civil e iniciativa privada, responsáveis pela expansão e administração das unidades em todo país. Já o PROEJA, ficou mais no âmbito das redes federais e estaduais, mesmo que o seu Decreto permitisse a colaboração de instituições municipais e empresas privadas para contribuir na sua implementação.

O PRONATEC entrou em vigor com aprovação da Lei nº 12.513/2011, no início do governo da presidente Dilma Rousseff, tendo como público-alvo: estudantes de ensino médio da rede pública, educação de jovens e adultos; trabalhadores; beneficiários de programas federais de transferência de renda e estudantes que tenham cursado o ensino médio em redes públicas ou em instituições privadas na condição de bolsista integral (BRASIL, 2011).

De acordo com o artigo 4º da lei nº 12.513 de 2011, o programa pretende oferecer cursos de Formação Inicial e Continuada com carga horária mínima de 160 horas em nível de ensino fundamental e cursos de nível técnico que possuem carga horária específica com duração mínima de um ano, além do pagamento de bolsa auxílio no valor de 100,00 reais mensais até a conclusão do curso e Financiamento Estudantil (Fies) para os matriculados no programa que almejam ingressar em uma instituição profissionalizante privada para fazer algum curso ou empresas que pretendem investir na qualificação de seus funcionários. O PRONATEC deve ser desenvolvido através das ações de financiamento público a Educação Profissional e apoio técnico com auxílio da articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação, além da articulação com o Sistema Nacional de Emprego, execução de Bolsa-Formação Estudante e Bolsa-Formação Trabalhador (BRASIL, 2011, p. 2).

Fazendo uma análise comparativa das políticas de EJA aqui apresentadas, podemos destacar algumas características comuns, como o atendimento ao público jovem com idade entre 15 e 29 anos; ações focadas na elevação da escolaridade, inserção social e qualificação

profissional, geralmente, concentrada na oferta que possuem carga horária reduzida, em média 200 horas. Outra característica observada seria a inconstância com que as políticas de EJA são tratadas, mostrando que dentro de um breve período de nossa história, persiste a lógica de criação de novos programas que sofrem constantes formulações a cada novo governo, como uma nova roupa, sendo que o corpo é o mesmo, já que mantém as ações de políticas anteriores como a formação aligeirada para o trabalho simples para atender a demanda do processo de produção capitalista que necessita de mão de obra qualificada.

Assim, as experiências de educação da classe trabalhadora apresentadas aqui têm contribuído para baixar o custo com formação da força de trabalho ao reduzir tempo para com sua certificação, o que torna atraente para o capitalista financiar parte dessa formação, já que necessita dessa mão de obra qualificada para poder acelerar o tempo médio da produção do trabalho simples<sup>5</sup> no processo produtivo (LIMA, 2012).

Portanto, essa formação atende a nova divisão internacional do trabalho que intensifica a exploração com a criação de mais-valia absoluta<sup>6</sup>, transforma a produção industrial brasileira através da precarização das condições de trabalho e a execução de trabalho vivo<sup>7</sup> de baixa qualificação com atividades rotineiras, práticas do modelo taylorista<sup>8</sup> de produção que nunca deixaram de ser utilizadas (PAULANI, 2006).

Diante da análise feita, fica claro, que estas políticas empreendidas, no período de 1995 a 2011, não avançam em relação à educação básica e profissional de jovens e adultos. Como demonstrado neste trabalho, os programas ainda são instituídos para atender a demanda do mercado, por isso cresce o número de programas para EJA com estrutura desarticulada entre educação básica e educação profissional que oferta a formação aligeira de trabalhadores para o trabalho simples.

---

<sup>5</sup> O trabalho simples é aquele que não necessita de uma educação especial para ser executado, pois consiste na realização de tarefas simples efetuadas dentro da divisão do trabalho extremamente fragmentada, que possui formação aligeirada. (MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I, v. I, 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014)

<sup>6</sup> Quando se produz mercadoria com valor excedente, produz-se mais-valia que possui maior quantidade de produção em relação ao tempo de trabalho gasto para produzir mercadorias com valor-de-uso, sendo que o trabalho excedente possui tempo de trabalho não pago pelo empregador ao empregado. A mais-valia absoluta é constituída pela exploração do trabalho, por meio da prorrogação da jornada de trabalho para produzir o mais-valor, diferente da mais-valia relativa que produz mais-valor através da redução do tempo de trabalho necessário, ou seja, mantendo a mesma jornada de trabalho (MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I, v. I, 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014).

<sup>7</sup> O trabalho vivo é o trabalho que transforma a matéria extraída da natureza em mercadoria com valor-de-uso. É o trabalho vivo que durante o processo de valorização, transforma o trabalho morto, trabalho passado, em “valor que se autovaloriza” (MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I, v. I, 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 270).

<sup>8</sup> O modelo taylorista consistia na fabricação de mercadorias por meio do trabalho fragmentado e cronometrado.



Logo, percebe-se que a cada novo programa reedita a lógica dos programas anteriores a ele, como demonstrado anteriormente do PLANFOR ao PRONATEC. Enquanto, a mais nova política de educação básica e profissional, mesmo que em sua primeira fase não seja destinada, especificamente, a modalidade EJA, o PRONATEC possui ações voltadas para o público jovem e adulto. Por isso, faremos a seguir, uma análise sobre as novas reformulações do PRONATEC, tomando como base a Lei nº 12.816/2013.

### **PRONATEC: O MAIS DO MESMO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES?**

O PRONATEC com a publicação da Lei nº 12.816/2013 sofreu alterações em relação a sua edição anterior, dentre elas, a ampliação do quadro de beneficiários e a oferta da Bolsa-Formação Estudante<sup>9</sup>. Outras reformulações dessa lei podem ser vistas no artigo 3º, que passa considerar como instituições colaboradoras as instituições privadas e públicas de ensino superior, e fundações públicas de direito privado dedicadas exclusivamente a educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2013a). A Portaria nº 160/2013 do MEC também habilita as instituições privadas de ensino superior a de educação profissional técnica de nível médio a integrar o PRONATEC (BRASIL, 2013d).

Com a portaria nº 168 em vigor desde 7 março de 2013, o financiamento da Bolsa-Formação foi regulamentado, tendo como finalidade potencializar a oferta de cursos gratuitos nas redes de educação profissional e tecnológica em todo país (BRASIL, 2013e). A partir da Bolsa-Formação vão ser criadas as modalidades do PRONATEC: PRONATEC Brasil Sem Miséria, PRONATEC Turismo, PRONATEC EJA, PRONATEC Campo e PRONATEC Trabalhador, sendo que cada uma dessas modalidades terá um ministério responsável pelo seu gerenciamento e terá como foco público diferenciado de acordo com o seu respectivo objetivo como veremos a seguir.

O PRONATEC Campo foi criado no ano de 2012, com a parceria entre o Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Agrário no âmbito do Programa Nacional do Campo - PRONACAMPO, com o objetivo de incluir socialmente jovens e trabalhadores do campo, favorecendo a sua Formação Inicial Continuada – FIC ou vagas nos cursos do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)<sup>10</sup>. Também no ano de 2012 foi firmada a

---

<sup>9</sup> A Bolsa-Formação é um procedimento de transferência de recursos financeiros aos serviços nacionais de aprendizagem, as redes públicas e privadas de ensino que devem repassar aos alunos matriculados nos cursos do Pronatec.

<sup>10</sup> Informações disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=18728:programa-nacional-de-acesso-ao-ensino-tecnico-e-emprego-pronatec-campo>>

parceria do Ministério da Cultura com o MEC para criar o PRONATEC Cultura, que objetiva a oferta de formação e qualificação profissional no campo da arte para dar acesso à renda e fomentar a economia.<sup>11</sup>

No ano seguinte surgiu o PRONATEC Turismo, proveniente da parceria do Ministério do Turismo com o MEC, de acordo com portaria nº 281/2013, têm como ações a qualificação dos profissionais do setor de turismo e a preparação daqueles que desejam inserir-se neste setor, com o objetivo de preparar o país para o grande evento - Copa do Brasil de 2014 (BRASIL, 2013g).

Ainda no ano de 2013 é criado o PRONATEC Brasil Sem Miséria, que consiste em uma junção do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e o Plano Brasil Sem Miséria, fruto da parceria entre o MEC e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social e de Trabalho, tem a finalidade de ofertar cursos FIC para qualificar as pessoas inscritas no Cadastro Único e possibilitar sua inserção no mercado de trabalho para superar a condição de extrema pobreza<sup>12</sup>. Por último, apresentamos o PRONATEC Educação de Jovens e Adultos<sup>13</sup>, uma modalidade do PRONATEC criada a partir de uma demanda da Bolsa-Formação Estudante, referente ao art.27 da portaria MEC nº 168/2013, objetiva proporcionar a elevação da escolaridade e a profissionalização de jovens e adultos, visando sua participação cidadã no mundo do trabalho (BRASIL, 2013e).

As várias modalidades aqui apresentadas contribuem para o aumento de matrículas no nível básico de escolaridade, como podemos ver na notícia apresentada pelo jornal eletrônico Valor Econômico, mostra que o número de matrículas dos cursos de 800 horas subiu no período de 2011 a 2013, de 297,9 para 475,8 mil, assim como, o número de matrículas nos cursos de 160 horas subiu, no mesmo período, de 580,5 mil para 1.172 milhões (PROGRAMA DE ENSINO TÉCNICO TEM EVASÃO DE 19%, 2013). Entretanto, verificamos que a expansão de matrículas do curso FIC de 160 horas é maior se comparado ao

---

<sup>11</sup> Informações disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/educacao-e-cultura>>.

<sup>12</sup> O Pronatec/BSM é voltado para o atendimento da população com renda mensal inferior a 70 reais, beneficiários do Programa Bolsa Família- PBF e do Benefício de Prestação Continuada- BPC, com faixa etária entre 16 a 59 anos. Informações disponíveis em <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/brasil-sem-miseria>>.

<sup>13</sup> Essa modalidade apresenta oito formas de oferta de cursos, seguindo o disposto no Decreto nº 5.840/ 2006 que é a base legal do Proeja, que são: Cursos técnicos integrados ao ensino médio, Cursos técnicos concomitantes ao ensino médio, Cursos FIC integrados ao ensino médio, Cursos FIC concomitantes ao ensino médio, Cursos FIC integrados aos anos iniciais do ensino fundamental; Cursos FIC concomitantes aos anos iniciais do ensino fundamental, Cursos FIC integrados aos anos finais do ensino fundamental, e Cursos FIC concomitantes aos anos finais do ensino fundamental (Brasil, 2013).

curso técnico de 800 horas, logo concluímos que o programa se dedica a maior oferta de matrículas nos cursos de FIC.

Outra informação que confirma a dedicação do programa aos cursos FIC, pode ser confirmada, por meio da contabilização o número total de cursos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos que apresenta 220 cursos técnicos (BRASIL, 2012) e confrontando com o total de cursos do Guia PRONATEC de Cursos FIC, que apresenta 644 cursos de FIC (BRASIL, 2013b). Portanto, o recorte desses programas e cursos direcionados aos diferentes perfis da classe trabalhadora, o qual destina a educação aligeirada e apartada do compromisso de elevação de escolaridade, demonstra o caráter residual dessas políticas (SILVA, 2014).

Assim, as múltiplas ações do programa que aparentam avanços devido à ampliação de suas ofertas de cursos, na verdade remetem ao retrocesso, se comparada a uma política pública, já que são ofertas pulverizadas, desiguais e instáveis (RUMMERT; ALGEBAIL; VENTURA, 2013). No entanto, apesar da ampliação da oferta dos cursos técnicos e FIC, e a preocupação com a concessão de benefício para garantir permanência e conclusão dos cursistas do PRONATEC nos chama à atenção, a questão do número de evasão e o baixo número concluintes como se percebe nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea de 2014 ao revelar que os cursos FIC contém cerca de 50% de evasão de alunos nas redes federais, estaduais e Sistema S (IPEA, 2014).

Segundo a gestora do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac, o índice de evasão em sua rede chega a 17% o que ela considera muito alto (BRASIL, 2013c). Nas unidades do Senai que oferecem 720 mil vagas do programa, a taxa de evasão chega a 35% nos cursos FIC com carga horária mínima de 160 horas e 10% nos cursos técnicos com carga horária mínima de 800 horas (PROGRAMA DE ENSINO TÉCNICO TEM EVASÃO DE 19%, 2013).

Por fim, constatamos que PRONATEC manteve suas iniciativas concentradas na formação profissional para o trabalho simples, através dos cursos FIC, além de continuar com a estrutura de educação fragmentada em várias modalidades para atender as especificidades da classe trabalhadora como o PROJOVEM faz.

O programa também mantém e aprofunda a parceria público-privada e a desarticulação da coordenação dos programas ao Ministério da Educação, assim como conserva a desunião entre educação básica e profissional devido oferecer em diferentes instituições de ensino seja pública ou privada, de forma concomitância ou subsequente os cursos FIC e técnicos.

Contudo, respondendo à questão problematizadora, concluímos que após as reformulações implementadas pela Lei nº 12.816/2013, o PRONATEC persiste em reeditar os programas anteriores a ele ao aprofundar a oferta da formação para o trabalho simples e a relação público privada, sendo o mais do mesmo da política de Educação de Jovens e Adultos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da breve análise crítica do cenário socioeconômico brasileiro do período de 1990 a 2013 que realizamos nesse trabalho, apresentamos que o capitalismo passou por transformações políticas em função do neoliberalismo e precisou se adaptar à divisão internacional do trabalho, em que o novo bloco de poder do país representado pelo “setor financeiro, o agronegócio e o setor exportador de *commodities*.”

A esse bloco interessam o ensino fundamental e o treinamento profissional” (BARRETO; LEHER, 2008, p. 431). Assim, Barreto e Leher mostram claramente, a quem servem essas políticas públicas de educação fragmentadas e aligeiradas inseridas no contexto socioeconômico do país, além de manifestar que essas propostas educacionais estão em coerência com as “estratégias e prioridades educacionais” do Banco Mundial (BARRETO; LEHER, 2008, p. 431). Por outro lado, essas políticas acabam contribuindo para manutenção da lógica do capital de educar para inserir socialmente jovens e adultos no mundo do trabalho.

Podemos perceber essa orientação ao notarmos a entrada e permanência dos ideais economicistas na educação dos trabalhadores que são travestidas das noções de empregabilidade, inclusão e competência que rejuvenescem a ideologia do capital humano contribuindo com manutenção do sistema capital (FRIGOTTO, 2011a). Com a análise dos programas que o neoliberalismo esvazia a função política da educação, dando-lhe uma função de significar a mercadoria para o trabalhador para criar um consenso em torno da lógica mercadológica, junto com uma sensação de bem-estar das majorias (GENTILI, 1995). Também perceberemos que os programas, aqui comparados, possuem ações focadas nas várias porções da classe trabalhadora.

Nesse horizonte, compreendemos o PRONATEC como mais um exemplo da mesma lógica, na qual “as frações mais frágeis e vulneráveis da classe trabalhadora são alvo de políticas focais do mesmo modo frágeis e passíveis de rápida descontinuidade” (RUMMERT, 2007, p.36). Concluímos que as diversas modalidades de formação que se materializam no PRONATEC, não evoluíram para uma proposta de educação que transforme o trabalhador em um sujeito crítico e criativo, que estabeleça uma nova relação entre trabalho e educação na EJA. Ao contrário, ele aprofunda a formação para o trabalho simples, a relação público-

privado e distância o trabalho intelectual do trabalho manual seguindo o modelo dualista da educação.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Manuseto. Política fiscal: o desafio para 2013. *Jornal Estadão*, São Paulo, 23 dez. 2012. Economia & Negócios. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,politica-fiscal-o-desafio-para-2013,977043,0.htm>> Acessado em: 16 fev. 2014.

BARRETO, Raquel Goulart; LEHER, Roberto. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13, n. 39, set/dez, 2008, p. 423-436. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/02.pdf>>. Acessado em: 26 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm)>. Acessado em: 11 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008**. Brasília: Presidência da República, 2008a. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm)>. Acessado em: 11 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm)>. Acessado em: 11 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013**. Brasília: Presidência da República, 2013a. Disponível em <[http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/lei\\_12816\\_050613.pdf](http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/lei_12816_050613.pdf)>. Acessado em: 09 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Chamada Pública de Formação PROEJA – 01/2008**. Brasília: MEC, 2008b. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1489-proeja2008&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1489-proeja2008&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192)>. Acessado em: 07 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília: MEC, Pronatec, 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=41291-catalogo-nacional-versao2012-pdf-1&category\\_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41291-catalogo-nacional-versao2012-pdf-1&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192)>. Acessado em: 22 de maio 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. **Guia Pronatec de Cursos FIC**. ed. 3. Brasília: MEC, Pronatec, 2013b. Disponível em: <[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20138248933591guia\\_pronatec\\_de\\_cursos\\_fic\\_3a\\_edicao\\_-\\_portaria\\_mec\\_899-2013.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20138248933591guia_pronatec_de_cursos_fic_3a_edicao_-_portaria_mec_899-2013.pdf)>. Acesso em: 22 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. **Dúvidas e preocupações são expostas em evento do Pronatec**. Brasília: MEC, 2013c. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19281:duvidas-e-preocupacoes-sao-expostas-em-evento-do-pronatec&catid=209&Itemid=86](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19281:duvidas-e-preocupacoes-sao-expostas-em-evento-do-pronatec&catid=209&Itemid=86)>. Acessado em: 03 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 160, de 5 de março de 2013**. Brasília: Presidência da República, SETEC/MEC, 2013d. Disponível em <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/base-legal>>. Acessado em: 09 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 168, de 7 de março de 2013**. Brasília: Presidência da República, MEC, 2013e. Disponível em:

<[http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/port\\_168\\_070313.pdf](http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/port_168_070313.pdf)>. Acessado em: 09 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 899, de 20 de setembro de 2013**. Brasília: Presidência da República, MEC 2013f. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=61771-guia-pronatec-de-cursos-fic-2013-pdf&category\\_slug=marco-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=61771-guia-pronatec-de-cursos-fic-2013-pdf&category_slug=marco-2017-pdf&Itemid=30192)>. Acessado em: 22 de maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 281, de 11 de outubro de 2013**. Brasília: Presidência da República, Ministério do Turismo, 2013g. Disponível em <<http://pronatec.turismo.gov.br/downloads/legislacao/novos/Portarian281de11out2013-PRONATECTURISMO.pdf>>. Acessado em: 05/10/2017.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 333, de 10 de julho de 2003**. Brasília: Presidência da República, MTE, 2003. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3BAA1A77013C1ACF8EF65CF7/Res333.pdf>>. Acessado em: 26 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 194, de 23 de setembro de 1998**. Brasília: Presidência da República, MTE, 1998. Disponível em <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C12AA70012C12CC2EAD444C/r\\_19980923\\_194a.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C12AA70012C12CC2EAD444C/r_19980923_194a.pdf)>. Acessado em: 02 ago. 2013.

CASTIONI, Remi. **Educação no mundo do trabalho, qualificação e competência**. São Paulo: Francis, 2010.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. A educação profissional sob a óptica da mediação e da ruptura: reflexões sobre o Planfor. **Trabalho & Crítica** – GT Trabalho e Educação da ANPEd, nº 2, p. 93-104, set./2000. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0917t.PDF>>. Acessado em: 03 nov. 2013.

COSTA, Nilson do Rosário. A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula. In: **Ciência saúde coletiva** vol.14 no.3 Rio de Janeiro Mai/Jun 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n3/02.pdf>>. Acessado em: 08 fev. 2013.

CURY, Ana; GASPARIM, Gabriela. Planejado contra hiperinflação: plano Collor deu início à abertura comercial. *O Globo*. *GI*. São Paulo, 29 set. 2012. Economia. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/planejado-contrahiperinflacao-plano-collor-deu-inicio-abertura-comercial.html>>. Acessado em: 22 abr. 2014.

FIGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**. Buenos Aires, Agosto 2006, p. 179 - 206. Disponível em: <<http://www.flexibilizacao.ufba.br/C05Filgueiras.pdf>>. Acessado em: 18 mai. 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação: o presente e o futuro interditados em suspenso. In: TIRIBA, L.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Liber livro/ EdUFF, 2011a, p. 99 – 129.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na pesquisa Educacional. In: CIAVATTA, M. **Gaudêncio Frigotto: um intelectual crítico nos pequenos e nos grandes embates**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 159-176.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n. 46, jan./abr. 2011b. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13.pdf>>. Acessado em: 18 mai. 2013.

- GENTILI, Pablo. Adeus à Escola Pública: A desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das majorias. In: Gentili, P. (org.). **Pedagogia da exclusão - A crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 228-252.
- IPEA. **Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional**. Brasília: Rio de Janeiro, Ipea, 2014.
- LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no liberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 151 - 178.
- LIMA, Marcelo. Problemas da Educação Profissional do Governo Dilma: Pronatec, PNE e DCNEMs. In: **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, mai./ago. 2012, p. 73 – 91. Disponível em < <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/791>>. Acessado em: 06 abr. 2014.
- PROGRAMA DE ENSINO TÉCNICO TEM EVASÃO DE 19%. **Valor Econômico**. São Paulo, 16 set. 2013. Brasil. Disponível em <<http://www.valor.com.br/brasil/3270550/programa-de-ensino-tecnico-tem-evasao-de-19#ixzz2fF34uwR4>>. Acessado em: 20 nov. 2013.
- PAULANI, Leda Maria. O Projeto Neoliberal para a Sociedade Brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio César França (Org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 68 – 107.
- RUMMERT, Sonia Maria. Gramsci, trabalho e educação: jovens e adultos pouco escolarizados no Brasil actual. Sísifo, **Revista de Ciências da Educação**, nº 4, v.2, 2007.
- RUMMERT, Sonia Maria; ALGEBAILLE, Eveline; VENTURA, Jaqueline. Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18 n. 54, p.717-738, jul./set. 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n54/11.pdf>>. Acessado em: 23 mar. 2014.
- SILVA, Lucília Carvalho da. **A Entrada dos Trabalhadores nos Institutos Federais pela via dos Cursos de Formação Inicial e Continuada: uma análise sobre a educação dos mais pobres**. 2014. 354 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- VENTURA, Jaqueline P. **O PLANFOR e a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: A Subalternidade Reiterada**. 2001. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.
- VENTURA, Jaqueline P. A trajetória histórica da educação de jovens e adultos trabalhadores. In: TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Trabalho e educação de jovens e adultos**. Brasília: Liber Livros; Editora UFF, 2011, pp. 57 – 97.